



# o trabalhador da CML

N.º 175  
Mai. / Jun. 2016



**Por uma mudança real  
das nossas condições de vida!**

Administração  
local em luta.  
p.10-11

Unir, organizar e lutar por  
melhores salários  
p.14



Das grandes ações de massas que marcaram as comemorações do 42º aniversário da Revolução de Abril ao 1º de Maio, o nosso dia, os trabalhadores do município, convergindo com a luta mais geral, deram um contributo importante para o caminho que teremos ainda que percorrer no que diz respeito à recuperação de direitos e salários, esbulhados há demasiado tempo pela política da austeridade que ora se mascara de dura e impiedosa pelos partidos da direita que a defendem, ora se refugia nas inevitabilidades que a UE e os seus decisores políticos nos querem impor.

Mas como a vida se tem encarregado de demonstrar pela luta organizada e determinada de quem nunca baixa os braços, as inevitabilidades duram até ao dia em que é possível erguer novas condições, novas correlações de forças, novos equilíbrios que justamente começam a pender para o lado daqueles que apenas se governam pela venda da sua força de trabalho e que em nada contribuíram para a delapidação das contas públicas, do compadrio e da corrupção que sempre lhe está associada.

Foi com esta confiança que durante quatro anos lutámos, alcançando finalmente a vitória sobre a corja predadora encabeçada pelo PSD/CDS. Será esta mesma confiança, bem demonstrada no passado dia 17 de Maio na jornada de luta travada pelos trabalhadores da administração local, que nos conduzirá a novos patamares reivindicativos onde se concretize a valorização dos nossos rendimentos de acordo com o atual

custo de vida, atualizando salários e complementos remuneratórios. Será também com determinação que recuperaremos os direitos que nos foram arrancados arbitrariamente, como os dias de férias (repondo os 25 dias), no desconto para a ADSE (fixando-o nos 1,5%), na aplicação de um sistema de avaliação justo (revogando o SIADAP), ou no descongelamento das progressões nas carreiras, objetivo inadiável.

No contexto concreto do município de Lisboa, valorizamos a celebração do ACEP com a Junta de Freguesia da Penha de França e a negociação dos cadernos reivindicativos, já mais avançada nas Juntas de Benfca e São Domingos de Benfca, sabendo que o objetivo passará por abranger todas as freguesias.

Na Câmara Municipal, decorrem as transferências de trabalhadores e serviços até agora localizados em Alcântara e Boavista, para o Edifício Entreposto nos Olivais. O Sindicato continuará a acompanhar este processo, nunca deixando de exigir aos responsáveis políticos da autarquia, o cumprimento na íntegra da legislação em vigor sobre

as condições de saúde e segurança no trabalho, respeitando assim os trabalhadores que mais uma vez foram deixados à margem de todo este processo, numa prática que infelizmente se tem tornado recorrente.

Continuaremos a exigir ainda à CML, que assuma os seus compromissos no que concerne ao investimento público necessário e urgente na aquisição de viaturas (para a remoção), na contratação de pessoal para os setores profissionais largamente carenciados (apesar de minimizado na limpeza urbana, mas ainda insuficiente), ou na produção de obras de melhoramento nos edifícios municipais que há anos revelam as mesmas deficiências com evidentes prejuízos para trabalhadores e munícipes.

O Sindicato não deixará de lutar na defesa dos interesses, direitos e aspirações dos trabalhadores do município, sabendo à partida que o envolvimento de todos é um passo determinante nesse sentido. Informados, unidos e organizados poderemos com mais eficácia atingir os nossos objetivos!



## “Porque juntos, somos e sempre fomos mais fortes!” Com este espírito, redinamizámos a Comissão da Limpeza Urbana (CLU).

Desde o passado mês de Janeiro foi reorganizada e redinamizada a Comissão Sindical que reúne todos os delegados sindicais da Limpeza Urbana da CML e Juntas de Freguesia.

Foram recuperados os objetivos principais que a justificam e legitimam, como o estar mais próximo dos problemas laborais relacionados com os trabalhadores do Município de Lisboa.

Neste sentido, estão já planeadas várias visitas aos locais de trabalho a fim de conhecer melhor a respetiva realidade envolvendo condições de trabalho e respetos pelos direitos dos trabalhadores da limpeza urbana.

A CLU, através dos seus membros, irá também estar nos plenários que o Sindicato efetue nos Postos de Limpeza. É igual propósito, acompanhar vários circuitos de remoção da CML, procurando conhecer no concreto as dificuldades que afetam os trabalhadores, e avaliando simultaneamente as soluções a esses problemas para dar as conhecer a quem tem a obrigação de as resolver.

Como ponto de situação sobre as questões concretas da Limpeza Urbana, importa referir o início das lavagens coadjuvadas entre a CML e Juntas de Freguesia, nomeadamente na Zona Histórica/Baixa. Um processo de esforços conjugados, iniciado em Maio e que supostamente se prolongará até fins de Setembro.

Este é um sinal que mais uma vez confirma o que o STML sempre afirmou e denunciou recorrentemente. Nesta opção, Câmara e Juntas de Freguesia em causa, reconhecem os problemas muitas vezes alertados pelo Sindicato, nomeadamente da falta de pessoal, que nos períodos de férias ganha contornos mais evidentes e também mais preocupantes.

Mas se este já é um ‘problema público’, outros há em que a falta de respostas políticas, sérias, atempadas e eficazes, quer da parte da Câmara, mas também de muitas Juntas, tem contribuído para uma degradação inegável do serviço público que pode e deve ser prestado à cidade e à população de Lisboa.

Referimo-nos à falta de condições em grande parte dos postos de limpeza; à inacessibilidade de muitos trabalhadores das juntas de freguesia à medicina de trabalho; à fraca qualidade dos fardamentos e equipamentos de proteção individual do pessoal operacional de várias juntas; ao estado decadente das viaturas dos circuitos de remoção da CML; ao elevado número de trabalhadores com vínculo de trabalho precário, entre muitos outros problemas seguramente já conhecidos de todos nós.

Por todos estes problemas e muitos mais acrescentaríamos, a CLU está empenhada para em conjunto com a Direção do nosso Sindicato, trabalhar para a sua resolução. Não é novidade que o processo de descentralização de competências da cidade de Lisboa, em nada veio melhorar o nosso Município e a vida dos trabalhadores, como agora vamos constatando.

De agora em diante a CLU terá um ‘espaço’ próprio neste Jornal, que servirá para informar das iniciativas desenvolvidas e das que queremos desenvolver, só possível com o envolvimento de todos que necessariamente deverá ser construtivo, responsável e sempre determinado na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Limpeza Urbana.





# A Escola de Sapadores Bombeiros de Lisboa e o Socorro. Qual a prioridade?

Em 1992 foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento, a funcionar no quartel da então “Estação” da 4ª Companhia (Chelas), hoje 6ª Companhia (Marvila). Após a nomeação do quadro de instrutores, são realizadas as primeiras ações de aperfeiçoamento e reciclagem, que passariam a ter caráter obrigatório com vista à formação do pessoal bombeiro e à promoção na carreira.

No ano seguinte (1993), é criado o Batalhão de Instrução, que substitui o Centro de Formação e Aperfeiçoamento. São assinados protocolos de cooperação, que vieram a revelar-se excelentes auxiliares na formação dos bombeiros. Exemplos são a “Escola de Limitação de Avarias da Armada” e a “Certitecna-Engenheiros e Construtores, S.A.”.

Estavam criadas as condições para a fundação de uma escola de formação. Em Setembro de 1994 é inaugurado um edifício construído de raiz, com capacidade para cerca de 200 formandos, dispondo de 8 salas de aula, um auditório e gabinetes de apoio, como a sala de formadores, sala de reuniões e a área de secretariado. A Escola de Sapadores Bombeiros de Lisboa (ESBL) tornou-se realidade.

Com o objetivo de promover os cursos para ingresso de pessoal, os cursos de promoção e os cursos para aperfeiçoamento e reciclagem, garante também formação a entidades externas, a pedido destas, como escolas, faculdades, hospitais, hotéis, seguradoras e a outros corpos de bombeiros espalhados pelo país, como os de Leiria, Santarém, Setúbal, Coimbra, entre outros.

O ano da sua inauguração ficou marcado com o arranque de um dos mais numerosos ingressos conhecidos até hoje, em simultâneo com várias dezenas de ações de aperfeiçoamento e reciclagem. Os anos de 1995 e 1996 bateram todos os recordes no que concerne ao número de participantes, ultrapassando os 1200 no segundo ano. O quadro de formadores, sendo variável quanto ao seu efetivo

e dependendo das necessidades da escola a cada momento, nunca excedeu os 25 elementos.

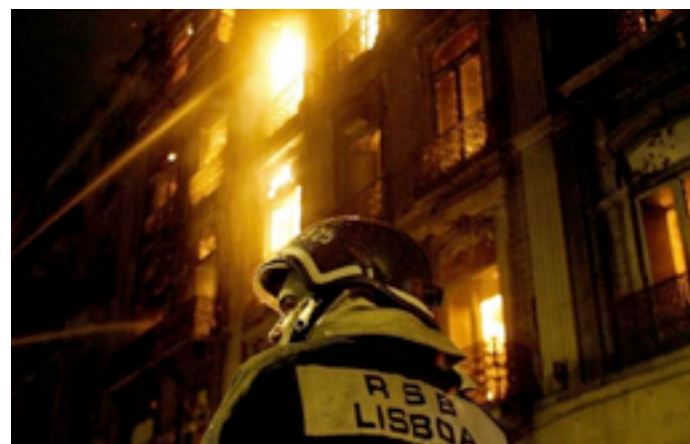
Toda esta atividade desenvolvida até há bem pouco tempo atrás pela ESBL, só foi possível porque o Regimento, apesar da diminuição gradual de efetivos, tinha a capacidade de ter elementos em formação sem perder a capacidade operacional.

Não podemos nem devemos esquecer que na génese de qualquer corpo de bombeiros, está o socorro às populações, sendo tudo o resto secundário. Qualquer órgão/secção que existe ou que se venha a criar, é sempre de apoio ao socorro, pelo que é contraditório retirar operacionais das ações de socorro para outras funções, independentemente das suas benfeitorias.

Para Maio de 2016, está prevista uma nova escola de recrutas que infelizmente não chegará sequer à meia centena. Será a escola com o número de formandos mais reduzido de sempre desde que foram inauguradas as instalações da ESBL, mas será a escola com o maior quadro de formadores, ultrapassando as três dezenas, só de pessoal bombeiro.

É incompreensível a postura do Sr. Comandante, com a anuência dos responsáveis políticos, que tentam implementar uma reorganização operacional, com menos investimento, menos meios e logo menos segurança. À realidade que aponta o défice de operacionais, procuramos mesmo assim retirar bombeiros das ações de socorro para engrossar o número de formadores que, no nosso entender, é completamente desajustado face às necessidades atuais da ERSBL.

Que a mesma é necessária, ninguém dúvida, mas sem a existência do serviço de socorro, o Regimento dilui-se, ficando a população e a própria cidade num patamar de insegurança elevado de expetáveis consequências. Quem se responsabilizará então?



## STML reúne com novo Conselho de Administração da GEBALIS

Após a tomada de posse de um novo Conselho de Administração (CA) da GEBALIS, STML e STAL assumiram a iniciativa de solicitar uma reunião com o propósito de apresentarem à nova Direção o trabalho até agora desenvolvido sobre a proposta de Acordo de Empresa (AE) e as expetativas em torno do processo negocial que lhe está implícito.

Assim, para além de conhecer formalmente os seus novos elementos, a reunião teve também como objetivo dar continuidade aos assuntos que vinham a ser tratados e perceber a postura que o novo CA assumirá perante as questões relacionadas com os trabalhadores e as suas estruturas representativas.

Assunto incontornável é o que se prende com a proposta de AE, entretanto já amplamente discutida com os trabalhadores nos vários

plenários realizados. Tópico sobre o qual o Presidente do CA demonstrou toda a disponibilidade para estudar e discutir, sendo também sua intenção alcançar um acordo que beneficie e estabilize as relações de trabalho.

Quanto ao contexto envolvendo condições de trabalho, insistimos novamente na necessidade em desenvolver e aprofundar positivamente a resolução dos problemas já identificados. Neste sentido, são indispensáveis respostas concretas face às questões relacionadas com as intervenções e obras de melhoramentos nas várias instalações da empresa, nomeadamente:

- No Gabinete do Bairro Padre Cruz – processo já iniciado, faltando a sua conclusão;
- No Gabinete do Vale de Alcântara – processo por iniciar;

• No Gabinete das Olaias – é importante assegurar que existem condições de salubridade antes de se proceder à sua reabertura, além de avançar com a sua ampliação para a loja contígua que já está na posse da GEBALIS;

• Nas instalações do pessoal operacional da Av.ª Alfredo Bem-Saúde – é urgente proporcionar melhores condições neste local de trabalho.

Por último, não podemos deixar de referir a perceção positiva que tivemos desta reunião, dando a entender o CA a sua disposição em manter no futuro uma relação institucional com os sindicatos tipificada pela abertura, lealdade e respeito mútuo o que, a confirmar-se, poderá ser proveitosa para todas as partes.

## Ter-se-á esquecido a CML dos trabalhadores do Julgados de Paz?

O STML após uma visita em 2014 às instalações do Tribunal dos Julgados de Paz (Telheiras) deu conta ao Presidente da autarquia, na altura António Costa, de um conjunto de problemas que colocavam em risco a saúde e integridade física dos trabalhadores que nestas instalações se encontravam. Várias foram as situações então identificadas que desrespeitam a legislação em vigor sobre de normas de saúde e segurança no trabalho, nomeadamente:

1. Sobrelotação do espaço disponível;
2. Inexistência de copa seca ou de qualquer área para as refeições dos trabalhadores;
3. Falta de manutenção no sistema de ventilação/renovação de ar;
4. Ausência de meios informáticos em número suficiente face ao volume de trabalho;
5. Inexistência de condições técnicas para a instalação de cablagens;

6. Impossibilidade no funcionamento dos sistemas de ar condicionado existentes;

7. Perigo de queda de tetos falsos, degradados por problemas de infiltrações de água;

8. Estores danificados;

9. Existência de uma porta de vidro que, estando inutilizada, não está contido isolada;

10. Falta de sanitários em número suficiente, não existindo separação entre sanitários masculino e feminino;

11. Existência de um servidor de grandes dimensões na sala de atendimento, incomodando quem ali trabalha, mas também aos munícipes que são ali atendido;

12. Existência de um sentimento de insegurança, face à ausência de meios de vigilância adequados.

Passados 18 meses (!) desta exposição, os problemas não só se mantêm, como obviamente agravaram-se, repetindo o Sindicato no passado mês de Abril a exigência ao atual Presidente da CML das soluções pelas quais todos aguardamos.

Outro problema que parece não interessar aos dirigentes da autarquia, é o que se prende com o pagamento do subsídio para abono de falhas, situação que, acrescente-se, também se verifica noutros locais de trabalho.

Dentro de 16 meses, terão lugar as próximas eleições autárquicas. Considerando o volume e quantidade de obras públicas que se observam pela cidade, perguntamos se terá a CML e os seus responsáveis políticos, tempo e vontade para resolver os problemas que aqui descrevemos? A sua resolução não será porventura alvo de um grande ‘tempo de antena’ nos media, mas deixará seguramente os trabalhadores dos Julgados de Paz satisfeitos por terem condições dignas de trabalho.



## Das reuniões sobre os Cadernos Reivindicativos nas Juntas de Freguesia

Em novembro do ano passado o STML decidiu iniciar o trabalho com vista à concretização de *Cadernos Reivindicativos* em todas as Juntas de Freguesia. Auscultados os trabalhadores durante os meses seguintes, conhecidos e percebidos os problemas que enfrentam diariamente, conseguimos sintetizar num documento único as suas principais reivindicações que agora levamos à discussão com os respetivos executivos de Junta, procurando a sua resolução num tempo aconselhado pelo bom senso, responsabilidade mas também determinação e firmeza.

Iniciámos este trabalho com reuniões em Março, nomeadamente no dia 22 com a Junta de Freguesia de Benfca (JFB) e com a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca (JFSDB) no dia seguinte. A 9 de Maio entregámos o Caderno Reivindicativo ao Presidente da Junta de Campolide, ficando agendada uma nova reunião para Junho.

Com as Juntas de Benfca e São Domingos de Benfca, vários problemas foram discutidos, entre eles a questão da precariedade, procurando encontrar soluções para os trabalhadores a recibos-verdes, integrando-os nos mapas de pessoal das respetivas Juntas. Existindo disponibilidade neste sentido, porque fomos informados da intenção em abrir concursos públicos, não deixaremos contudo de acompanhar a sua resolução concreta.

No plano da melhoria das condições de trabalho, observámos igualmente uma postura positiva de ambos os responsáveis políticos. No caso específico da transferência dos cantoneiros da JFSDB do Posto de Sete Rios (em condições deploráveis) para o Posto do Calhariz, parece ser uma questão de poucos meses até à sua resolução definitiva. Contudo, já no caso da abertura das novas instalações no Bairro da Boavista, que virá

a receber os cantoneiros da JFB, o impasse criado entre esta Junta e a CML não nos augura para breve a resposta desejada. É pertinente lembrar que esta situação já se arrasta há quase dois anos.

Dando continuidade a este processo, ficaram desde logo agendadas novas reuniões a concretizar durante o mês de Maio, nas quais faremos um ponto de situação sobre os problemas já conhecidos e quais as medidas entretanto assumidas à sua resolução.

Sobre as outras Freguesias, estão concluídos os cadernos reivindicativos dos Olivais, Avenidas Novas, Areeiro e Marvila. Neste momento aguardamos o agendamento da reunião com os respetivos presidentes de junta. Nas restantes, concluir-se-á em breve este processo.

Uma ideia central o Sindicato tem vindo a enfatizar junto dos responsáveis máximos destas Juntas de Freguesia, isto é, a melhoria das condições de trabalho, o respeito e cumprimento na íntegra dos direitos e interesses dos trabalhadores, são assuntos que contribuem indelutavelmente para um bom ambiente de trabalho, para o aumento da motivação e produtividade e, consequentemente, para a melhoria do serviço público a executar.

É assim no interesse de todos responder positivamente a todas as matérias que constam nos cadernos reivindicativos, primeiro os trabalhadores enquanto os principais interessados lutando pela sua concretização, mas também as próprias Juntas de Freguesia, no plano da decisão política visando a sua resolução, já que a mesma influi determinante na sua capacidade de proporcionar serviços públicos de excelência aos seus fregueses.

## STML intervém na Assembleia de Freguesia de Marvila

O Sindicato entrevistou no passado dia 21 de Abril, na Assembleia de Freguesia de Marvila com o propósito de dar conhecimento alguns dos aspetos negativos que se têm verificado no dia-a-dia dos respetivos trabalhadores.

Já em Julho de 2014 os trabalhadores-cantoneiros manifestavam, num *abaixo-assinado*, um crescente mal-estar face à política desenvolvida pelo executivo desta Junta, no que diz respeito à salvaguarda dos seus direitos e condições de trabalho.

Considerando que a situação não só não melhorou, como até se agravou, no que diz respeito por exemplo ao não pagamento dos suplementos devidos aos trabalhadores acidentados, ao investimento deficitário em meios necessários à prossecução do seu trabalho ou às pressões, ameaças e até limitações à sua liberdade sindical, o STML não teve outro caminho que não passasse, uma vez mais, pela denúncia destes problemas.

Situações que revelam maior deslumbre na limpeza da Freguesia, onde é evidente a diminuição da qualidade deste serviço, não só pela insuficiência dos meios humanos necessários, já reconhecido pelo próprio Executivo mas agravado inclusive pelo mesmo, ao decidir limitar o trabalho suplementar neste sector. Uma decisão incompreensível face à dimensão da área geográfica desta Freguesia.

Mais estranho ainda é a opção discriminatória assumida recentemente ao não permitirem o trabalho suplementar ao sábado para os trabalhadores que apresentam algum problema de saúde, independentemente das causas que a originaram e justificam.

Na sessão pública da Assembleia de Freguesia, o STML repetiu a pergunta que já tivemos a oportunidade de apresentar ao Executivo, ou seja, “Se a natureza do trabalho que estes trabalhadores poderiam realizar ao sábado é exatamente igual ao que fazem durante a semana, porque o não podem realizar agora?”.

Quanto aos novos trabalhadores contratados para a limpeza urbana, vamos continuar a exigir que, à semelhança do que se passa com os seus outros colegas, lhes seja pago o Subsídio de Insalubridade, Penosidade e Risco (RIP), procurando eliminar por esta via uma situação de desigualdade e como tal, inteiramente injusta.

Por último, o STML reafirmou a determinação em celebrar o ACEP, processo que neste momento se encontra num impasse pela inércia da JF, apesar de considerarmos que é do superior interesse de Marvila e dos seus trabalhadores.

## A precariedade no município de Lisboa é um problema ao qual não podemos dar tréguas!

O STML, em conjunto com a CGTP-IN e a FCSAP, tem vindo a denunciar o sistemático recurso a contratos precários por parte das várias administrações públicas, quer a nível central, quer local. Opções que consideramos ilegais, porque procuram suprimir na prática necessidades permanentes e indispensáveis.

O STML sempre se bateu pela regularização dos vínculos precários, como foi o exemplo de veras positivo da integração de mais de 800 trabalhadores a recibos-verdes nos mapas da CML em 2008, através da solução encontrada do tribunal arbitral. Outros exemplos dão-nos conta da abertura de concursos com o mesmo objetivo, só possível todavia, depois de uma luta determinada do sindicato e trabalhadores.

Contudo, a verdade é que nos últimos anos a precariedade no município voltou a crescer exponencialmente, recorrendo os decisores políticos do “arco da desgovernança” a várias formas de contratação precária, desde os famigerados recibos verdes, à contratação a termo, contratos de emprego-inserção ou estágios profissionais.



Um crescimento que é consequência directa da política levada a cabo pelo anterior governo PSD/CDS que proibiu a contratação, além de impor a redução de postos de trabalho na administração pública, e agravado especialmente na cidade de Lisboa, depois da reorganização administrativa e transferência de competências para as Juntas de Freguesia, decidida pelo PS, com a anuência ativa do PSD.

No sentido de expor este problema publicamente e exigir às Juntas de Freguesia a abertura de concursos que regularizem a situação dos trabalhadores precários, o STML e a Interjovem/CGTP-IN, no âmbito da campanha “ALERTA! Aqui há trabalho precário”, levaram a cabo em 2015 um conjunto de ações de denúncia em algumas freguesias. Consequência positiva desta luta, foi o verificado na Junta de Marvila, onde 15 trabalhadores da limpeza urbana foram integrados por tempo indeterminado e 10 auxiliares de ação educativa passaram de recibos-verdes a contrato a termo-certo, melhorando a sua situação contratual, apesar de ainda precária. No momento em que arranca a



Campanha Contra a Precariedade promovida pela CGTP-IN, o STML encontra-se no terreno para identificar, no concreto, o número de vínculos precários na CML, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais. É nossa intenção avançar oportunamente com iniciativas exigindo medidas que eliminem este problema de facto.

Paralelamente e apesar da Lei do OE/2016 levantar as restrições a nível da contratação nas autarquias, o STML integrado na FCSAP, continuará a exigir junto do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para:

promover a abertura de concursos, ou assumir medidas extraordinárias à admissão com contrato sem termo de todos os trabalhadores precários cujas funções correspondam a necessidades permanentes dos serviços, tenham subordinação hierárquica e estejam obrigados à assiduidade;

alterar o regime de contratação a termo, por forma a restringir a sua aplicação e a permitir a sua mudança para contratos sem termo;

revogar o regime dos contratos Emprego/Inserção (CEI);

garantir o ingresso na respectiva carreira, em lugares dos mapas dos serviços da Administração Pública, dos jovens estagiários, com contrato celebrado para o efeito.



## Da transferência dos serviços de Alcântara para o Edifício Entreposto (Olivais)

O executivo PS na CML tem pautado a sua política de gestão do património municipal, pela sua alienação. É neste contexto se integra a venda dos terrenos do Complexo Municipal de Alcântara e a colocação brevemente em hasta pública do Complexo da Boavista.

Estas decisões políticas foram transmitidas ao STML pelo vereador dos RH, definindo três grandes pólos para a concentração de serviços: Campo Grande, Praça do Município e Complexo dos Olivais. Neste último polo ficarão instalados os trabalhadores provenientes de Alcântara, Boavista e Cruz das Oliveiras, sendo que a área operacional da UCT-DIP, irá para a antiga garagem de ligeiros.

Não questionando neste momento a necessidade imediata da CML abandonar as instalações de Alcântara, o STML não vê essa mesma urgência em relação aos trabalhadores do Complexo da Boavista, uma vez que o terreno onde se encontram ainda vai a hasta pública.

Desde que teve conhecimento do processo, o STML exigiu o direito de acompanhar em conjunto com os trabalhadores o seu desenvolvimento, de forma a verificar, antecipada e presencialmente, as condições de Saúde e Segurança no Trabalho das futuras instalações. Essa visita sucedeu dia 1 de Abril, contando com a presença do Vereador dos RH, dirigentes hierárquicos, Sindicatos e alguns trabalhadores (no caso destes últimos, só possível face à exigência prévia do STML para que tal acontecesse).

Após a visita, e depois de uma primeira apreciação às plantas disponibilizadas pelo DMRH, o Sindicato enviou um ofício ao Vereador dos RH solicitando uma reunião de urgência.

Entre várias considerações que constavam desse ofício, destacamos as que se prendem com os trabalhadores do Complexo de Alcântara.

Em relação aos serviços técnicos e administrativos da DIP, previstos instalar junto ao Departamento de Operações (UCT), é oportuno a sua reinstalação no 1º piso, junto dos serviços operacionais com quem interagem diariamente. Uma vez que o espaço referido é suficiente, basta fazer as obras necessárias.



No Edifício do Entreposto, no **Piso 4** destinado ao DEV, à DCREV e à DPGMEV, a primeira preocupação prende-se com a quantidade de trabalhadores a instalar em open space.

Sugerimos a divisão da sala com placas de vidro transparente e a aplicação de placas acústicas no teto e paredes. O espaço destinado a cada local de trabalho também nos deixa dúvidas. No caso dos trabalhadores que manuseiam projetos (engenheiros e arquitetos) necessitam de mesas de apoio, que não vemos referidas no projeto.

No **Piso 3**, destinado à GPEV, DSEA e Secretaria da DMEVAE, NJ e CAL, os problemas são semelhantes. Quanto à instalação do Laboratório de Ensaios Acústicos (LEA), além das preocupações atrás referidas, constata-se a exiguidade da sala atribuída.

Por outro lado, face à escassez de estacionamento público nesta zona, o Sindicato sugeriu para esse efeito, a utilização do espaço contíguo ao Edifício do Entreposto adquirido recentemente pela CML.

Em Síntese, as principais preocupações são:

1. **A exagerada densidade de postos de trabalho nas áreas destinadas;**
2. **Fracas garantias em termos de luminosidade;**
3. **Débeis salvaguardas em relação à qualidade do ambiente;**
4. **Eventuais problemas com a insonorização;**
5. **Ausência de espaços adequados para comportar todos os documentos e equipamentos.**

Exigimos também um parecer do urbanismo da CML e um outro ao DSHS, sobre as condições de Saúde e Segurança no Trabalho.

Na reunião de 22 de Abril com a CML, foi-nos transmitido que todas as semanas a DMRH nos enviará o ponto de situação, não procedendo a qualquer mudança sem antes dar conhecimento ao Sindicato.



## Sobre a reunião do STML com o Presidente da CML

Por solicitação do STML, decorreu no passado dia 28 de Abril uma reunião com o Presidente da autarquia Fernando Medina. Nesta reunião estiveram também presentes o Vereador Carlos Castro, responsável pelo Pelouro da Proteção Civil que tem a tutela do RSB, e a Diretora Municipal dos Recursos Humanos.

O principal objetivo desta reunião foi o de transmitir as preocupações dos Bombeiros Sapadores relativas à **reorganização operacional** implementada a partir de 1 de Abril e à qual indelutavelmente se associam deficiências graves e bem visíveis no socorro prestado à população e cidade de Lisboa.

Para além deste problema, foram também abordados outros assuntos como a **entrada da nova recruta** (a 16 de Maio), que deveria ter sido concretizada em 2015 (!). Acresce neste tópico, o compromisso da autarquia em abrir um novo procedimento concursal, alertando o STML para a importância de se evitar o sucedido neste último concurso. Muitas dúvidas vieram à tona sobre os critérios definidos nos testes psicotécnicos, não sendo possível descortinar se as opções da CML serviram realmente para selecionar os melhores ou se foi apenas um instrumento interessado para a exclusão de um elevado número de concorrentes. Sobre o **pagamento dos serviços de**

**prevenção**, relembramos que alterado sem qualquer aviso prévio, foi assumido pelo Presidente Fernando Medina a reposição no imediato dos valores relativos ao período de 1 de agosto a outubro de 2015, data em que os bombeiros foram formalmente avisados através da *Ordem de Serviço*. N°206/2015.

Entretanto, aguardamos a resposta por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira ao parecer enviado pelo STML e também pela CML, solicitando que este pagamento tenha o mesmo tratamento que os gratificados pagos à PSP e GNR.

Sobre a reorganização do operacional, a qual já tinha sido alvo da discordância do STML em documento enviado ao Comando do RSB e também ao Vereador Carlos Castro numa reunião passada, transmitimos desta vez ao Presidente do Executivo as nossas preocupações, das quais se destacam:

- A existência de veículos essenciais ao socorro (VUCI, VLCl, VE, VSAT) à condição;
- A substituição de veículos de excelência como os VUCI por VLCl;
- Dos dois VSAT novos, só um está guarnecido;
- A realização de alterações às Ordenanças sem que os veículos de so-

corro estejam devidamente guarnecidos e equipados para determinados tipos de ocorrência para as quais são enviados.

O STML fez saber ainda, que não aceita que se esteja a solicitar aos Bombeiros Sapadores assegurar em serviço no seu período de folga sem a devida compensação financeira. Trata-se de uma manifesta exploração destes trabalhadores com o objetivo de solucionar a falta de meios humanos, aliado a uma gestão organizacional deficiente.

O Presidente da CML tomou nota das preocupações do Sindicato, afirmando desconhecer os vários problemas a nível operacional, comprometendo-se por este motivo a reunir com o Comandante do RSB de forma a obter os esclarecimentos que considera necessários, informando o STML dessas conclusões oportunamente.

Com o intuito de preservar o prestígio do RSB e dos seus trabalhadores, assim como a sua segurança e a dos munícipes a quem prestam socorro, o STML deixou claro que irá denunciar de imediato e publicamente, todas as situações de rutura no socorro que possam vir a suceder, cuja responsabilidade caberá exclusivamente aos máximos responsáveis políticos da autarquia.





## Do Plenário conjunto STML/STAL à Jornada de Luta de 17 de Maio!

Realizou-se no dia 6 de Abril na Casa do Alentejo, em Lisboa, um plenário conjunto de dirigentes, delegados e ativistas sindicais do STML e do STAL, onde foi analisada a situação dos trabalhadores da Administração Local na atual conjuntura política. Deste encontro saiu uma **Resolução** aprovada por unanimidade (disponível no site do STML).

Uma das mais importantes decisões deste plenário foi a de realizar uma jornada de luta em Maio. Definido posteriormente pelas Direções de ambos os sindicatos o dia 17 de Maio. Nesta Jornada de luta, partindo de uma concentração no Largo da Estrela, seguiu-se a deslocação para a Secretaria de Estado das Autarquias Locais (Conselho de Ministros), onde foi entregue a **Resolução** aprovada no plenário referido.

Nesta ação, o STML mobilizou toda a sua estrutura, nomeadamente Dirigentes e Delegados Sindicais que fizeram ouvir as reivindicações dos trabalhadores que representam da Câmara, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais.

Neste novo ciclo político que vivemos, existe a expectativa legítima dos trabalhadores em recuperar rendimentos e direitos, extorquidos ao longo dos últimos anos.

Por iniciativa principalmente do anterior governo do PSD/CDS, aprofundou-se a política neoliberal traçada ao longo da última década e meia, com vista à desregulação da legislação do trabalho e da contratação coletiva na Administração Pública e no sector privado, bem como ao es-

vaziamento da Administração Pública, à privatização de Serviços Públicos e à destruição das Funções Sociais do Estado, com transferência para os grandes grupos económicos de recursos e dinheiros públicos, naquele que foi o maior ataque desde o 25 de Abril de 1974 aos direitos dos trabalhadores e à Constituição da República Portuguesa.

Marco positivo contudo, foi o alcançado em Outubro passado com a derrota imposta ao governo de direita de Passos e Portas. Neste processo, destaca-se impreterivelmente a luta travada pelos trabalhadores das autarquias que impediram, por exemplo, o aumento do período normal de trabalho para as 40 horas e forçou o Tribunal Constitucional a proibir a intervenção do Governo nos processos de contratação coletiva na Administração Local. Porém, não podemos dormir à 'sombra da bananeira', porque o objetivo final ainda não foi atingido, nomeadamente a revogação da malfadada lei das 40 horas e a fixação a título definitivo das 35 horas como período normal de trabalho semanal.

Em termos mais amplos, foi a luta dos trabalhadores e do povo, que contribuiu para a derrota eleitoral da maioria de direita, proporcionando o atual momento político que vivemos, mais propício à defesa e reposição dos direitos conquistados ao longo de muitos anos, mas também à reposição e conquista de novas e melhores condições que nos garanta um futuro estável e digno.

Interessa por isso valorizar o conjunto de medidas positivas já aprovadas

pela maioria de deputados na Assembleia da República, nomeadamente, a reposição dos 4 feriados roubados; o aumento do Salário Mínimo Nacional para os 530 euros (embora claramente aquém do valor que propomos e defendemos); o fim dos cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e Local; a eliminação da sobretaxa do IRS ou a restituição de importantes prestações sociais que garantem melhores condições de vida a muitas famílias portuguesas.

Mas se importantes medidas foram já concretizadas, muitas há ainda por alcançar. Foi com este objetivo que no dia 17 de Maio saímos à rua exigindo a sua concretização efetiva. Foram bandeiras incontornáveis nesta jornada de luta o seguinte:

- Aumento dos salários;
- Descongelamento das progressões nas carreiras;
- Atualização do subsídio de refeição;
- Reposição dos valores do trabalho extraordinário;
- Valorização e recuperação das carreiras e conteúdos profissionais anteriores à entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2008, exigindo a revogação deste diploma;
- Reposição do pagamento do subsídio de Natal em Novembro pondo fim ao seu pagamento em duodécimos;
- A reposição dos dias de férias roubados;
- Redução dos descontos para a ADSE, fixando-os em 1,5% sobre o período de 12 meses, alargada a todos os trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, independentemente do tipo de vínculo;
- Identificação e regulamentação das carreiras de desgaste rápido;
- Regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco;
- Criação do suplemento de disponibilidade;



- Fim dos bloqueios à contratação de trabalhadores na Administração Pública Central, Local e Regional;
- Reposição das condições gerais para a aposentação com 36 anos de serviço, independentemente da idade;
- Revogação da requalificação dos trabalhadores da Administração Pública Central, Local e Regional, bem como de qualquer outro tipo de mecanismo que se destine a permitir ou facilitar o despedimento dos trabalhadores;
- Integração imediata dos trabalhadores em situação de precariedade e que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes seja a que título for: contratos a termo, atividades ocupacionais, contratos emprego-inserção, estágios ou falsos recibos-verdes;

- Revogação da Lei de Trabalho em Funções Públicas, do SIADAP e a exigência de um novo modelo de avaliação de desempenho;
- Suspensão de todos os contratos de municipalização já assinados e o fim deste processo, designadamente através da revogação Decreto-Lei n.º 30/2015 e todos os diplomas relacionados com estas matérias.

A Resolução aprovada no dia 6 de Abril, entregue no dia 17 de Maio ao Secretário de Estado das Autarquias Locais foi, posteriormente, também dada a conhecer a todos os Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Torna-se agora determinante que os trabalhadores das Câmaras, Juntas de Freguesias e Empresas Municipais se

decidam a lutar pelo que lhes diz respeito, porque a força dos Sindicatos - STML/STAL - será sempre limitada se não tiver o envolvimento e responsabilização de todos aqueles que essencialmente são os mais interessados em todo este processo de luta.

Prosseguir este processo para **Defender, Repor e Conquistar Direitos** são compromissos assumidos pelas estruturas sindicais, cuja consequência dependerá sempre da força e participação dos trabalhadores da administração local. Unidos e envolvidos somos de facto mais fortes e consequentes!



## Uma Avenida a transbordar pela liberdade conquistada há 42 anos!

Comemorando os 42 anos da Revolução de 1974, foram milhares os que participaram e desceram a Avenida da Liberdade numa expressão de força e confiança na defesa dos valores e conquistas de Abril.

Mas, para além da alegria dos festejos, foi possível também perceber a exigência na concretização efetiva de um outro rumo para o país que materialize melhores condições de vida para os portugueses e os trabalhadores em particular.

Apesar de estarmos num ciclo político bem diferente daquele imposto nos últimos anos pelos partidos da direita (PSD/CDS), não é menos verdade que a política do atual governo PS tem sido insuficiente face ao que são as expectativas da imensa maioria do povo português.

Na poderosa manifestação que correu as ruas de Lisboa no passado dia 25 de Abril foram inequívocas as reivindicações por melhores salários, mais estabilidade, melhores serviços públicos, respeito pela Constituição da República Portuguesa e por tudo o que ela consagra.

Antecedendo à manifestação que partiu, à semelhança de anos anteriores, do Marquês de Pombal rumo ao Rossio, realizou-se na sede do STML o almoço tradicional que procurou juntar associados e respetivos familiares a dirigentes e delegados sindicais nas comemorações não só da Revolução de Abril, mas também do 39º aniversário deste sindicato. Na sua origem, natureza, prática e objetivos, foi incontornável lembrar e associar o processo revolucionário português que permitiu em toda a linha, face à liberdade alcançada, a criação deste sindicato que ainda hoje é o mais representativo do município de Lisboa.

Cerca de seis dezenas de pessoas cantaram os parabéns, deslocando-se posteriormente para o Marquês de Pombal onde engrossaram a luta que aí se desenvolveu durante toda a tarde.

Das comemorações do 25 de Abril deste ano, ressaltam duas ilações bem evidentes: a primeira diz respeito à vontade de todos os quantos participarem em aprofundar o caminho encetado após as eleições legislativas do ano passado; a segunda, passa pela necessidade de um maior envolvimento dos trabalhadores nos processos de luta que é inadiável desenvolver tendo em vista a concretização da reivindicação que nos dias de hoje tem maior significado, nomeadamente o aumento real dos salários em função do atual custo de vida.

Não podemos assim manter posturas de inércia e passividade, aguardando que alguma 'vontade transcendental' se manifeste e concretize este objetivo de importância maior. De maior relevância, são neste sentido todos os processos que contribuem para a consciencialização e mobilização dos trabalhadores na luta pelos seus interesses, direitos e salários.

A manifestação que ocorreu em Lisboa no passado dia 25 de Abril, elevando os 42 anos passados da *Revolução dos Cravos* pela vontade de milhares e milhares de pessoas, entre trabalhadores, reformados e aposentados, jovens e menos jovens, desempregados e tantos outros, deu já um passo importante na luta mais geral que urge travar por rendimentos dignos, rompendo com a política de baixos salários que se instituiu arbitrariamente em Portugal há demasiados anos a esta parte pelos partidos da política de direita.

Com confiança e determinação, continuaremos este caminho só possível com a força de quem trabalha. Viva o 25 de Abril!



## Um 1º de Maio de luta e confiança para defender, repor e conquistar!

Só depois da Revolução do 25 de Abril de 1974, foi possível comemorar o Dia Internacional do Trabalhador em liberdade. Já sem as cargas e as perseguições policiais que a ditadura fascista de Salazar e Caetano impuseram durante 48 anos, milhares de trabalhadores de norte a sul do país puderam finalmente manifestar-se sem receios, exigindo respostas às suas reivindicações e soluções aos problemas que os impediam de alcançar uma vida digna.

Passado todo este tempo, muito falta ainda por alcançar. Reflexo do caminho que ainda falta percorrer, foram as reivindicações transversais no 1º de Maio deste ano por direitos e melhores salários, por estabilidade laboral, por investimento nos serviços públicos, garantindo a efetiva materialização das funções sociais do Estado consagradas na Constituição da República Portuguesa.

Exigências que se fizeram ver e ouvir nas palavras de ordem e nas bandeiras, nas faixas e nas pancartas que encheram, alegraram e deram força aos milhares de trabalhadores e a todos quantos se deslocaram à Avenida Almirante Reis para participar no 1º de Maio organizado pela CGTP-IN.

Do Martim Moniz à Alameda D. Afonso Henriques, trabalhadores do setor privado das mais variadas áreas económicas juntaram-se aos trabalhadores da administração pública, central e local, para em uníssono exigir a efetiva mudança de política que foi possível iniciar em Outubro passado.

A este Governode iniciativa PS, os trabalhadores agregados nos sindicatos filiados na maior e mais influente central sindical portuguesa, a CGTP-IN, exigiram a assunção de uma política que valorize os salários, respeite os direitos de quem trabalha, garanta na plenitude o acesso de todos

os portugueses à saúde, educação, segurança e proteção social, defenda o tecido produtivo nacional e os serviços públicos, garanta a independência e soberania nacionais.

Ideias que o Secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, reforçou, lembrou e aprofundou na intervenção proferida no palco montado junto à Fonte Luminosa (Fonte Monumental na Alameda Dom Afonso Henriques), animando e garantindo que só a luta organizada do mundo do trabalho, persistente e determinada, poderá alcançar o futuro que todos ambicionamos.

Hoje e amanhã, como ontem, serão os trabalhadores portugueses o motor das transformações que lhes poderão garantir melhores condições de vida, salvaguardando também a vida e a felicidade dos seus filhos e netos. Desta luta não devemos e não podemos virar costas.

Do município de Lisboa, foram muitos os trabalhadores que integraram o espaço do seu Sindicato, o STML, na manifestação. Provenientes da Câmara Municipal, de muitas Juntas de Freguesia da cidade e também de empresas municipais, não deixaram de convergir no objetivo maior - mais direitos e melhores salários - daquele que foi um grandioso 1º de Maio!

Já na Alameda, muitos foram os que se concentraram no espaço que nos últimos anos o Sindicato tem conseguido erguer. À volta do nosso 'bar', convivemos, rimos, gracejámos, discutimos, trocámos ideias, reforçámos amizades e solidariedades, matámos saudades e unimos vontades para a luta que irá continuar muito para além deste dia. Com esta convicção, afirmamos que foi de facto um grande dia de luta, o 1º de Maio de 2016!





# A luta por melhores salários é inadiável, premente, indispensável!

Existem na Administração Pública centenas de milhares de trabalhadores com baixos salários.

Esta afirmação dificilmente é refutada pela experiência concreta de cada um de nós que, chegando ao fim do mês, é confrontado com a dura realidade de fazer face aos inúmeros encargos mensais para os quais nem sempre os poucos euros auferidos respondem favoravelmente.

Não falamos nem trazemos qualquer novidade. Cerca de 48% dos trabalhadores da administração pública ganham, em termos médios, menos de € 1.500,00/mês. Se dividirmos por carreiras profissionais, a nível dos *assistentes operacionais* esse valor ronda, em termos médios, os € 607,30/mês e na carreira dos *assistentes técnicos*, esse valor é de € 908,70/mês.

Referimo-nos, em ambos os casos, à média da remuneração base líquida. O ganho médio mensal bruto para os primeiros é de € 742,20/mês e para os segundos de € 1.043,30/mês.

Claro está, que todos estes rendimentos foram e estão sujeitos aos descontos para a CGA (11%), ADSE (3,5%) e IRS (com a sobretaxa eliminada este ano, mas ainda sujeitos a uma carga fiscal pesada mas já não violenta...). Acresce o aumento dos preços de bens essenciais e de consumo, sem que os salários os acompanhem como todos sabemos.

Sem grandes dificuldades percebemos a estagnação que reina nos salários da administração pública envolvendo todas as carreiras (técnico superior, assistente técnico e assistente operacional), e à qual este governo ainda não deu uma resposta cabal. Desde 2010 que não há decisão política nesse sentido e há mais tempo que as nossas

vidas parecem caminhar, ou mais devagar ou mais depressa, para trás.

Está na altura, afirmamos nós e temos que afirmar todos, de dizer **BASTA!** As nossas vidas não se coadunam com baixos salários. Não adquirimos casa só porque temos idade para isso. As nossas contas não se pagam pela boa vontade do próximo. O nosso futuro não se garante sem possibilidade de poupança. Os nossos filhos e netos não são educados por obra e graça do senhor. As suas vidas não se constroem só porque nós, pais e avós, assim o desejamos. A existência de condições materiais para tudo acontecer depende de termos salários dignos que respondam positivamente às justas e legítimas expectativas que todos temos, para nós e para os nossos, como habitualmente também dizemos.

É verdade que entrámos num ciclo mais positivo que inverte o que PSD/CDS impuseram nos últimos quatro/cinco anos. Mas afirmamos que estamos num contexto mais favorável face ao que são os interesses dos trabalhadores da administração pública e perpetuar-se contudo os congelamentos salariais, além de não verificarmos qualquer intenção política que passe pela sua valorização real, deve-nos revoltar e motivar-nos para a luta pela concretização de uma reivindicação que não só é justa como é mais do que oportuna.

Podemos e devemos arrancar da inércia e da passividade, todos aqueles que esperam milagres caídos do céu, sentados no sofá adormecidos nos seus projetos de vida imaginados e até agora não concretizados. O 'sonho comanda a vida', mas é no local de trabalho e na rua que a mudança se concretiza, existindo vontade e força para nos mobilizarmos no objetivo de vermos os nossos salários aumentados e valorizados. De facto!



## Petição «Em defesa dos serviços públicos de água e resíduos» entregou mais de 6.500 assinaturas na Assembleia da República.



Uma delegação da Plataforma «Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos», integrada por Associação Água Pública, STML, MUSP, STAL e SITE-SUL, entregou no dia 28 de Abril, na Presidência da Assembleia da República, a petição «Em defesa dos serviços públicos de água, saneamento e resíduos»

A entrega das mais de 6.500 assinaturas decorreu num encontro com o deputado José Manuel Pureza, vice-presidente do Parlamento, no qual os membros da Plataforma afirmaram que a petição é o prosseguimento da luta desenvolvida pelas populações, trabalhadores e municípios contra a privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF) e as fusões dos sistemas multimunicipais de águas, impostas pelo anterior governo PSD/CDS, além de denunciarem as graves consequências económicas, sociais e ambientais destas medidas.

### Aumento dos preços

No caso dos lixos, a previsão na subida dos preços, só no sistema da Valorsul, pode ascender a 4,63%. No sector da água, a prometida redução dos preços em resultado das agregações é uma falácia, pois a realidade é que sobem no litoral como consequência das fusões e sobem no interior, devido às imposições do regulador, a ERSAR,

para a recuperação dos custos e à situação deficitária da maioria dos sistemas municipais, consequência aliás da integração nos sistemas multimunicipais.

### Privatizações e fusões não criam postos de trabalho

Sublinhando que as consequências sobre os trabalhadores são igualmente graves, a Plataforma recordou que os planos da SUMA para a EGF e alguns estudos de viabilidade económica das mega empresas multimunicipais, como é o caso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, apontam para a redução dos postos de trabalho, apesar de o número de trabalhadores ser insuficiente para assegurar um serviço público de qualidade, e denunciou a implementação de medidas lesivas dos direitos dos trabalhadores como a imposição de mobilidade geográfica e o bloqueio da contratação coletiva.

### Reverter a privatização da EGF e as fusões das águas

Exprimindo a sua preocupação e discordância com as recentes declarações do Ministro do Ambiente sobre a EGF, que considerou a privatização “um assunto praticamente encerrado”, a delegação reafirmou a exigência de que a sua reversão é uma condição essencial para garantir uma

política de resíduos norteada por «razões ambientais, pela defesa do interesse público e não pelo lucro», tendo manifestado a importância de o Parlamento responder positivamente a esta bem como às demais exigências da petição: reversão do «processo de fusão dos sistemas multimunicipais de águas e saneamento, respeitando os princípios da autonomia local, da subsidiariedade e da descentralização, assegurando a proximidade dos serviços como factores de coesão económica e social do território»; «reforço e a valorização das atribuições e competências municipais na prestação dos serviços de água, saneamento e resíduos, mediante a afetação dos correspondentes meios financeiros, humanos e técnicos, para dar resposta às necessidades e anseios das populações»; «apoio aos municípios na renegociação e eventual remunicipalização das concessões municipais de águas, saneamento e resíduos»; «uma política de preços e tarifas que assegurem a todos, o acesso a estes serviços em condições de igualdade e que não penalize ainda mais as famílias e as populações» e a «defesa dos postos de trabalho, dos salários, dos direitos e da melhoria das condições de trabalho, assegurando a valorização social e profissional dos trabalhadores destes sectores».



## Dia Nacional da Juventude Trabalhadora com uma resposta inequívoca contra a precariedade e os baixos salários!

A 31 de Março, foram centenas e centenas de jovens trabalhadores, do setor privado ao setor público, que responderam positivamente ao apelo da Interjovem/CGTP-IN, a maior e mais influente organização sindical de âmbito juvenil, ligada intrinsecamente também à maior central sindical portuguesa, considerada por muitos como o maior movimento social do nosso país.

Do Largo do Camões à Assembleia da República, contestou-se energeticamente os baixos salários, a precariedade e a ausência de perspectivas de futuro que condenam muitos jovens trabalhadores a uma vida hipotecada, quando não forçados a emigrar, procurando 'lá fora', o que não conseguem 'cá dentro'.

Mas um dos maiores flagelos que atualmente afeta os mais jovens que conseguem entrar no mercado de trabalho, é a precariedade. Dos recibos-verdes, aos contratos emprego-inserção, aos estágios profissionais ou ainda aos contratos sazonais, todos concorrem indistentemente para a instabilidade e insegurança de quem não tem outra alternativa e se vê sujeito a todas as ignomínias pela sua condição de precário, ou seja, frágil na capacidade reivindicativa porque ameaçado com despedimento se luta pelos seus direitos, 'pau para toda a obra' porque negando-se pode ser mandado embora, sem direitos na prática porque se discute com o sindicato os seus problemas, é acusado de desordeiro, conflituoso e, mais uma vez, correndo o risco de ir para o desemprego.

É neste cenário que muitos trabalhadores jovens e precários encontram. Mas é também neste contexto que muitos não se vergam e com a ajuda das suas estruturas representativas, no caso do município de Lisboa, o STML impreterivelmente, lutam pela sua integração,

leia-se regularização da sua situação laboral através da realização de um contrato de trabalho estável, porque a uma função de carácter permanente e indispensável deve corresponder um contrato de trabalho efetivo.

É com estes objetivos em mente que o sindicato e respetivos trabalhadores têm atuado, por exemplo, no universo das Juntas de Freguesia, onde o problema da precariedade ganha contornos escandalosos e inaceitáveis, mas também na Câmara e na EGEAC, onde os recibos-verdes e contratos sazonais parecem ser uma opção corrente dos respetivos dirigentes políticos.

Na manifestação nacional da juventude trabalhadora a 31 de Março, contando com bastantes jovens trabalhadores do município de Lisboa, da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia e Empresas Municipais, exigiu-se alto e bom som que o Governo cumpra com uma das suas principais bandeiras eleitorais, isto é, o combate à precariedade e na administração pública em particular.

Porque não aceitamos a nossa vida a prazo, não podemos baixar os braços contra este cancro que corrói a sociedade e impede o país de avançar. A precariedade não é só um problema dos trabalhadores que a vivem na pele, é um problema de todos, familiares, amigos e sociedade em geral.

Unir forças para impor uma política que promova salários dignos e contratos de trabalho estáveis, são as principais prioridades que nos movem na luta que inevitavelmente irá continuar, como já ficou bem patenteado naquela que foi considerada das mais participadas e combativas jornadas de luta dos jovens trabalhadores nos últimos anos!



## Espaço dos Aposentados



### CELEBRAÇÃO DO 25 DE ABRIL EM CASTRO VERDE

No dia 16 de Abril a Comissão de Reformados do STML participou, com 25 elementos, na comemoração do 42º Aniversário do 25 de Abril, promovida pela Inter-Reformados de Lisboa, em Castro Verde. Foi uma das mais numerosas representações nesta intensa jornada que levou àquela terra alentejana cerca de 200 reformados dos diversos sindicatos que integram a Inter-Reformados de Lisboa.

O programa iniciou-se no Cine-Teatro Municipal com a projeção dum filme sobre os 25 anos da Inter-Reformados, e prosseguiu com debate sob o tema "Com os reformados, comemoramos Abril e o Poder Local Democrático"

Seguiu-se um almoço-convívio e uma visita guiada que incluiu o Museu da Ruralidade, a Basílica Real, o Museu da Lucerna e o Centro de Promoção do Património e do Turismo. O Encontro terminou no Cineteatro Municipal, onde decorreu um momento musical com o cante alentejano das "Camponesas de Castro Verde", a harmónica de Manuel Florêncio e ainda o trio "Pele & Fole".

Salientamos o extraordinário acolhimento por parte da Câmara Municipal de Castro Verde e do seu Presidente, Francisco Duarte, que nos acompanhou pessoalmente durante toda esta jornada.

### CELEBRAÇÕES POPULARES DO 25 DE ABRIL EM LISBOA

Estivemos presentes no almoço comemorativo do 39º aniversário do STML, a que se seguiu a participação na grande Manifestação Popular organizada pela Comissão Promotora que integra a CGTP-IN.

Comemorámos esta data inesquecível para a nossa geração que teve a felicidade de a viver intensamente,

há 42 anos atrás. Celebrámos a liberdade e as conquistas de Abril, desfilando pela Avenida da Liberdade, desde o Marquês até ao Rossio, integrados na representação do nosso sindicato.

Neste belo dia de sol, pudemos exteriorizar a alegria pela derrota do governo de direita que durante os últimos quatro longos anos tanto infernizou a vida dos reformados. Manifestámos a exigência de uma outra política que respeite os valores de Abril, os avanços civilizacionais realizados e os direitos de quem trabalha e de quem trabalhou.

### NO 1º DE MAIO, DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

Foi mais uma magnífica jornada de afirmação de vitalidade do movimento sindical português, o grande desfile do Martim Moniz à Alameda D. Afonso Henriques em que a nossa Comissão esteve representada. Uns, seguindo com o sindicato desde o início da manifestação, outros, desfilando com a Inter-Reformados a partir dos Anjos.

Palavras de ordem como "Para viver com dignidade queremos aumentos de verdade", ou "Reformado vem para a rua lutar pela pensão que é tua", entre muitas outras, ecoaram pela Almirante Reis, demonstrando que os reformados, reconhecendo os avanços positivos já registados com o novo Governo, estão longe de se sentir ressarcidos do assalto de que foram vítimas nos últimos quatro anos.

Como afirmou Arménio Carlos, na intervenção de encerramento, "As medidas implementadas, embora limitadas, invertem o rumo de cortes sucessivos nos salários, nas pensões e nos direitos. Mas, nesta nova fase é preciso ir mais longe. Há muito caminho para fazer, um conjunto vasto de problemas para resolver e uma luta que não pode parar!"



## Soberania portuguesa em causa: Draghi no Conselho de Estado

Dando largas ao seu estado de graça, o Presidente da República (PR) Marcelo Rebelo de Sousa decidiu abrir o Conselho de Estado ao Presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi.

Formulando o convite para participar numa das reuniões deste órgão consultivo do PR (por sinal, a primeira do mandato), Rebelo de Sousa deu um claro sinal de subserviência às instituições europeias que, nos últimos anos, têm imposto aos portugueses, com o beneplácito dos partidos de direita, a violenta política de empobrecimento e ruína. Tendo em conta as declarações proferidas por Draghi logo a seguir à reunião, a opção do atual PR só pode ser entendida como um erro grave e mais um ataque à soberania nacional, prática aliás comum ao longo dos anos nos protagonistas da política de direita.

Vejamos, então, as palavras do presidente do BCE. Muito diplomaticamente, Draghi começou por afirmar que a instituição a que preside se congratulava com o facto de a Comissão Europeia considerar que o Orçamento do Estado para 2016 “não revelava um incumprimento particularmente grave” e do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Mas, logo proferiu um primeiro recado, tendo dito que acolheu “igualmente com agrado, o compromisso das autoridades portuguesas em preparar medidas adicionais, destinadas a ser implementadas quando necessário para assegurar a conformidade”.

Assegurando os indicadores de retoma na zona euro, que, segundo Draghi, também se verificam em Portugal, o convidado de Rebelo de Sousa deixou, porém, bastante claro que tal não significa “comprazimento”. Ou seja, o presidente do BCE deixou recados, nomeadamente, que

o caminho de ruína que nos foi imposto pelos quatro anos de governação PSD/CDS não pode abrandar.

Sublinhando a perspetiva neocolonial da União Europeia sobre Portugal, Draghi acabou por proferir afirmações inadmissíveis e de inaceitável ingerência. Ainda mais, enquanto convidado num Conselho de Estado de um país (formalmente) livre e soberano. Por isso, não nos custa afirmar que ao colocar Draghi entre os conselheiros de Estado, o PR assumiu uma preocupante subserviência perante as instituições de Bruxelas.

Se pensarmos que ao órgão consultivo do PR deve ser pedida a maior dignidade, esta opção, no mínimo estranha, deixa mais um sinal da nossa periclitante soberania. Parece-nos assim que, não basta a Rebelo de Sousa querer ser um presidente de “afetos” com os portugueses. Tem de ser também um garante da nossa dignidade enquanto País livre e soberano.

Não foi surpresa para ninguém o tom de Draghi, as suas declarações perante o PR e seus conselheiros. São graves e são uma ingerência clara nos destinos dos portugueses e nas opções políticas de uma maioria parlamentar. Ainda mais sendo proferidas onde foram. Por isso, caberia a Rebelo de Sousa ter evitado tal circunstância.

É certo que o estado de graça do atual PR secundarizou o debate perante este “estranho” convite. Mas, vejamos se não haverá aqui, a breve trecho, um sinal muito negativo para a inversão de políticas a que parecem estar apostados os partidos da maioria parlamentar, o povo e os trabalhadores portugueses.



## Os papéis do Panamá são para Portugal a confirmação de um enorme prejuízo público!



O número de empresas portuguesas ligadas à Mossack Fonseca (cerca de 250), é só por si esclarecedor da amplitude do «fenómeno». Confirma-se a presença de alguns dos principais bancos privados nacionais, além das ligações de alguns importantes grupos económicos, bem como de personalidades. E é curioso constatar a consciência pesada desses cidadãos: ou estão amnésicos ou confessam que isso (as suas ligações ao Panamá) já foi há séculos...

Para Portugal, contudo, o mais grave e o menos falado dos paraísos fiscais é o «TulipaLeak», a Holanda. É o que aconteceu e acontece pelo envolvimento de 19 (hoje 18) das maiores «multinacionais» portuguesas, todas as cotadas em Bolsa, o famoso PSI20. Todas elas, Jerónimo Martins, SONAE, EDP, PT, AMORIM, GALP, etc., constituíram empresas de fachada na Holanda para reduzirem a sua fatura fiscal. Contas bem-feitas sobre os 2,3 milhões de euros de dividendos em 2015 das empresas do PSI 20 mostram que o país perdeu de receitas fiscais cerca de 500 milhões de euros.

As consequências de um sistema financeiro com paraísos fiscais, sociedades offshore e banca comercial privada, estão hoje bem à vista nos processos de desagregação financeira, falência e elevados

prejuízos do sector bancário português (BPN, BPP, BCP, BES, BANIF), acarretando volumosos custos para o Estado e contribuintes.

No Relatório «Sobre a luta contra a fraude fiscal, a evasão fiscal e os paraísos fiscais», de 2 de Maio/13, da Comissão dos Assuntos Fiscais do Parlamento Europeu, escreveu-se: «Considerando que, segundo as estimativas, se perde anualmente o escandaloso montante de 1 bilião de euros de potenciais receitas fiscais devido à fraude fiscal, à evasão fiscal, à elisão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo na União Europeia, o que representa um custo anual de cerca de 2000 EUR para cada cidadão...». É fácil fazer contas: dois mil euros vezes 10 milhões de habitantes, igual a 20 mil milhões de euros de perda de receitas fiscais/ano em Portugal.

De acordo com as estatísticas do FMI, só entre Janeiro e Junho de 2015 saíram de Portugal para offshores, 4,4 mil milhões de euros. Valor esse que sobe para 41,5 mil milhões de euros, adicionando o que saiu para outros offshores, denominados eufemisticamente «centros financeiros internacionais» (como a Áustria, a Irlanda, a Holanda, o Luxemburgo e a Suíça).

Neste último caso, falamos já de 23,2% do PIB de 2015, em meio ano.

Segundo R. Murphy, da ONG Tax Research, a fuga de capitais do nosso País pode aproximar-se dos 25% do PIB.

É, em grande parte, esse capital que não paga impostos, que voga pelos paraísos fiscais, os ditos «mercado financeiros» que depois nos vêm pregar lições de moral austeritária e dizer que temos de fazer contas públicas equilibradas.

Uma importante conclusão é necessário retirar: **o Estado português não tem despesa a mais, tem é receita a menos!**

Não devemos esquecer igualmente o elevado grau de responsabilidade das autoridades tributárias e Banco de Portugal, pela sua passividade e cumplicidade. Comportamentos que não negam a responsabilidade maior da UE, que não assume a eliminação dos paraísos fiscais presentes em alguns estados-membros. O que não é de espantar, quando a CE tem como presidente quem fez do seu país, como 1º Ministro, um paraíso fiscal (o luxemburguês Jean-Claude Juncker).

O que se exige inevitavelmente é a eliminação dos paraísos fiscais e o controlo público na circulação internacional de capitais e da banca comercial.



# A tentativa de golpe coloca em risco a democracia no Brasil.

No Brasil impõe-se a nível institucional a tentativa de golpe, procurando destituir Dilma Rousseff do cargo obtido nas eleições livres e democráticas de 2014.

A direita e a extrema-direita brasileira, conotada aos grandes grupos económico-financeiros nacionais e internacionais, procuram por esta via recuperar posições que foram perdendo ao longo dos últimos anos com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

De 2003 à atualidade, com o PT à frente dos destinos do Brasil, é inegável o muito que foi alcançado em benefício do povo brasileiro, através da assunção de políticas sociais e de redistribuição da riqueza mais justas que conseguiram inverter o ciclo de pobreza e miséria que grassa neste país há décadas.

Reflexo disso mesmo é expresso nos relatórios de 2014 da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e do Banco Mundial, que apontam o decréscimo da pobreza extrema em 75% e da pobreza em 65% neste país, possibilitando a retirada de 25 milhões de brasileiros da pobreza extrema.

Números que por si só, não iludem as profundas desigualdades que ainda são visíveis no Brasil, associado a uma máquina do Estado com elevados índices de corrupção, onde a prática do compadrio e a compra e venda de favores, marca há décadas o sistema político brasileiro, problemas acrescidos por um sistema partidário fragmentado e profundamente desproporcional em termos representativos que contribui para o acicatar das contradições profundas que se vivem na sociedade brasileira.

Contudo, o caminho positivo trilhado nos últimos anos, é agora ameaçado pela grande burguesia brasileira, com ligações históricas e intrínsecas ao poder militar que instaurou a ditadura nos anos 1960. Forças conservadoras, revanchistas e reacionárias que procuram capitalizar as antinomias da governação PT,

forçando a usurpando o poder político legitimamente alcançado em várias eleições.

O processo de *impeachment* da atual Presidente, revela na sua origem, não uma natureza jurídico-legal, mas uma causa estritamente político-ideológica, que no essencial procura recentrar as forças político-partidárias que hoje se digladiam pelo poder face aos grandes interesses que lhes são subjacentes. Nesse objetivo não olham a meios para o atingir.

É disso exemplo o facto de um grande número de deputados que votaram favoravelmente o processo de destituição de Dilma Rousseff, estarem a braços com acusações de tráfico de influências, utilização indevida de fundos públicos, corrupção e outros crimes.

A separação de poderes no Brasil, entre o legislativo, executivo e judicial, parece ter deixado de existir, se alguma vez existiu, mas caberá ao povo brasileiro, à imensa maioria que foi espoliada durante anos a fio, perceber e lutar por um regime político democrático e justo que de facto tenha em conta os seus interesses e aspirações. Se o PT de Lula e Dilma, apesar do caminho positivo encetado, defraudou em alguma medida essas expectativas, não é menos verdade que no horizonte mais próximo, as forças políticas que ilegal e ilegitimamente se assomam ao poder, trazem nos seus fundamentos e objetivos o passado de má memória da ditadura militar que perseguiu, torturou e assassinou milhares de vidas.

A crise política, económica e social no Brasil está para continuar seguramente. Além dos motivos, profundos e complexos de ordem interna, crescem, porque interdependentes, as motivações e os interesses dos Estados Unidos para toda a América Latina, indissociável do seu propósito maior de subjugar povos e recursos, utilizando todas as estratégias de ingerência possíveis. No Brasil, pela sua grandeza regional e importância internacional, é também visível a mão do eterno “Big Brother”.



## PROTOSCOLOS STML

### Instituições de Ensino Superior

- Escola Superior de Educação João de Deus
- Grupo Lusófona
- Instituto Superior de Educação e Ciências
- Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- Universidade Lusíada

### Banca e Seguros

- Macif Portugal, companhia de seguros
- Millennium BCP

### Turismo

- Campiférias
- FPalmela - Aldeamento Turístico de Palmela
- Viagens Falcon

### Telecomunicações

- NOS
- Vodafone

### Outros

- BP - Cartão BP Plus
- Escola de Condução Enal
- Lancaster College - Escola de Línguas
- Mind Project

- Teatro da Cornucópia